

PROGRAMA ELEITORAL ESPINHO | AUTÁRQUICAS 2021

Introdução

O PAN - Pessoas-Animais-Natureza encara a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. É por isso que levamos tão a sério a confiança que as nossas e os nossos eleitores depositam em nós e é também por isso que nos dedicamos tão afincadamente no exercício dos nossos mandatos autárquicos. Sentimos a responsabilidade que decorre de sermos a voz de quem nos confiou o seu voto e simultaneamente a oportunidade de podermos contribuir, o melhor que podemos e sabemos, para servir o nosso próximo.

Apresentamo-nos às Eleições Autárquicas em Espinho com um programa eleitoral orientado por uma visão ecocêntrica que perspectiva a saúde humana e a saúde do planeta como duas faces de uma mesma moeda e afirmando que só com uma visão integrada poderemos alcançar aquilo que comumente chamamos de qualidade de vida ou de “bem viver”. Este programa pretende assumir uma resposta aos dois grandes desafios do tempo presente: a crise climática e a crise sócio-económica causada pela Covid-19. Dois desafios só por si extremamente exigentes mas que, uma vez coexistindo no tempo, exigirão ainda mais de todas e todos nós.

Os próximos quatro anos serão, pois, especialmente complexos à escala global e, por maioria de razão, à escala local, com os municípios a serem chamados para a linha da frente da implementação das políticas públicas, num cenário de descentralização de competências que pode ter o mérito de aproximar as respostas necessárias às populações, mas também o risco de, se consumado sem planeamento e sem o necessário investimento, colocar um país já de si a várias velocidades ainda mais fragmentado.

Organizamos o nosso programa autárquico para Espinho em doze grandes eixos, que colocam nas e nos munícipes o centro da nossa ação política, com a consagração de propostas que abarcam os vários ciclos de vida das cidadãs e cidadãos e as diferentes dimensões do quotidiano a nível municipal. E fá-lo, naquilo que é orgulhosamente um traço distintivo do PAN, sempre com total respeito pelas demais formas de vida e pela nossa casa comum: o planeta Terra. Para nós o caminho faz-se com políticas que coloquem pessoas, animais e natureza a coabitar harmoniosamente, sendo que não concebemos um cenário em que um destes três pilares se autonomiza face aos demais.

Vamos devolver Espinho às Pessoas! Vamos a isso Espinho!

Índice

Ação Climática e Ambiente	3
Protecção e bem-estar animal	8
Mobilidade intermodal, inclusiva e ativa	10
Habitação e Património Público	12
Educação.....	15
Saúde, bem-estar e realização pessoal	20
Pertença, Dignidade e acesso à Justiça	23
Economia e Investimento Municipal	28
Administração do Município	30
Planeamento e organização do território.....	32
Cultura e Valorização Artística	35

Ação Climática e Ambiente

A cidade de Espinho, pelo sua localização, será das zonas mais afectadas pelo impacto das alterações climáticas, nomeadamente na erosão ou recuo da sua costa. Assim, o PAN propõe um ambicioso plano para o combate às alterações climáticas, adaptando Espinho a essa realidade e procurando mitigar o seu impacto no nosso território e na nossa população. Essa deve ser uma preocupação a ter em conta em todas as decisões do Município, desde os projectos urbanísticos que desenvolve ou aprova, ao reforço do arvoredo e zona verdes, à promoção da mobilidade suave e até à aquisição de viaturas com zero emissões.

Mitigação das alterações climáticas

Entramos no ano de 2021 a menos de uma década do ponto de não retorno. Todos os esforços de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) são poucos para evitar esta ameaça à vida no Planeta. É por isso fundamental o contributo a nível municipal para a redução das emissões.

Os fatores que mais contribuem para a emissão de gases com efeito de estufa são a pecuária, a alteração do uso do solo, a deflorestação, a energia, os transportes, os resíduos, a agricultura intensiva e a pesca industrial.

Defendemos o seguinte posicionamento da autarquia de Espinho:

- Declaração conjunta da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal da "emergência climática" bem como o compromisso de articular a execução das demais políticas públicas com o combate às alterações climáticas e à mitigação dos seus efeitos;
- Compromisso do município no sentido de assumir como uma das suas prioridades tornar-se um município neutro em carbono até 2030;
- Adesão do município à rede de "Cidades Protetoras da Terra".

Assim, o PAN propõe:

- Instalar equipamentos de produção local de energia renovável para autoconsumo (fotovoltaico e eólico) nos edifícios públicos municipais, através da aplicação dos critérios europeus de compras públicas ecológicas;

- Integrar sistemas solares térmicos nos equipamentos do município onde se consome uma elevada quantidade de água quente, nomeadamente escolas, pavilhões desportivos, quartéis de bombeiros ou piscinas;
- Promover ações de sensibilização a funcionárias e funcionários da autarquia e à população em geral, com especial relevância nas escolas, focando boas práticas para a redução de consumos energéticos em todos os edifícios públicos;
- Criar incentivos para que os privados (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energia, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico;
- Criar um balcão de informação municipal sobre soluções específicas para a microgeração e organização e apoio às comunidades energéticas;
- Elaborar e implementar uma Estratégia Local para a Eficiência Energética;

Adaptação às alterações climáticas

Portugal será um dos países europeus mais afetados pelas alterações climáticas e Espinho pela sua localização será das áreas com maior impacto no seu território. As intenções e declarações de compromisso não reduzem as emissões, não fazem parar o relógio, não salvam a Humanidade. O tempo escasseia e só ações contundentes podem alterar o atual contexto de emergência climática. O município de Espinho tem de acompanhar os esforços internacionais de redução de emissões, tem de se preparar para minimizar os impactos das alterações climáticas no nosso território e na nossa população e tem de o fazer de uma forma economicamente eficaz e transparente.

Sublinhamos, ainda, que Espinho será das locais mais afectadas por estas alterações, com impacto directo no seu território e na sua população. Prevê-se que até final do século a subida do nível médio da água do mar em cerca de 9 mm ao ano, ameaçando o cordão dunar e os ecossistemas associados e tão comuns ao longo da costa portuguesa.

É fundamental a ação imediata do município de Espinho na mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Assim, o PAN propõe:

- Conclusão e publicação até ao final do primeiro semestre de 2022, de um Atlas municipal de risco das alterações climáticas, que evidencie todos os riscos climáticos, como zonas afetadas por submersão e inundação decorrentes da subida do nível do mar, risco de cheias por zonas, valores previsíveis de disponibilidade de água potável, número previsível de dias com ondas de calor e valores máximos de temperatura expectáveis, mapas de risco de fenómenos meteorológicos extremos, entre outros que se revelem importantes ao nível municipal;
- A elaboração até ao final do primeiro semestre de 2023, com base no Atlas Municipal de risco das alterações climáticas, de um plano municipal de adaptação às alterações climáticas que identifique e calendarize ações, para horizontes temporais em cada 5 anos, enquadrados num prazo de 50 anos, sendo focadas, pelo menos, as áreas sectoriais do ordenamento do território; dos recursos hídricos; do planeamento de ações e aquisição de recursos materiais e humanos pela Proteção Civil e da saúde;
- Até ao final de 2024, a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, com a inclusão obrigatória dos resultados e informação constantes no Atlas de risco das alterações climáticas e do plano de adaptação às alterações climáticas;
- Criar um Programa de verificação de mitigação face às alterações climáticas. um selo de aprovação e um plano de monitorização dos planos de pormenor, unidades de execução e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG);
- A gestão sustentável de areias em bases dunares;
- A colocação e reforço de paliçadas e plantação de vegetação dunar autóctone para fixação de areias;
- A monitorização e propagação in situ de plantas nativas/endémicas.

Ecossistemas e biodiversidade

A Autarquia de Espinho deve assumir para si o papel de conservar a biodiversidade, promovendo a conservação de forma a inverter a sua perda. Estudos apontam para a clara necessidade de incrementar as áreas verdes nos centros urbanos, ligando os espaços fragmentados espalhados pela cidade através dos denominados “corredores verdes” ou “corredores ecológicos”.

Tudo isto se traduz em efeitos positivos na qualidade de vida urbana, na saúde e na adaptação às alterações climáticas, podendo representar um importante papel na retenção de água em momentos de chuva intensa.

- Desenvolver, em articulação com o Plano Diretor Municipal, um Plano de Infraestrutura Verde Urbana;
- Promover a realização de projectos de conservação e de restauro dos ecossistemas, que envolva a comunidade educativa na protecção da natureza, nomeadamente na Lagoa de Paramos / Barrinha de Esmoriz;
- Assegurar que as políticas municipais, designadamente as propostas apresentadas incluem uma avaliação de impacto na biodiversidade exaustiva que tenha em conta os efeitos individuais e cumulativos e os custos da ação e da inação em termos de impactos imediatos e a longo prazo;
- Executar corredores ecológicos, devendo o seu planeamento ser considerado em todas as áreas novas da cidade, mas também estudados e executados nas áreas urbanas já consolidadas. Consideramos que se for assumido um compromisso sério de conectividade, dentro de 10 a 15 anos, vamos viver numa área verde urbana;
- Assumir o compromisso pela não utilização de glifosato, declarando o território como "Autarquia Sem Glifosato e outras aplicações generalizadas de herbicidas programadas", privilegiando soluções mais naturais, acompanhando as iniciativas desenvolvida pela Quercus e Plataforma Transgénicos Fora (PTF);
- Elaborar um regulamento municipal que estabeleça as regras e normas relativas ao planeamento, gestão, conservação e manutenção de espécies arbóreas e arbustivas;
- Promover a alteração dos procedimentos para abate de árvores: o património arbóreo de cada município é único, demora anos a crescer e deve ser respeitado. O abate de qualquer árvore ou

conjunto de espécies arbóreas deve ser precedido, não só de um parecer técnico que o justifique, mas também de uma consulta prévia às/aos cidadãs/ãos;

- Assegurar que a gestão e manutenção do arvoredo urbano será feito por profissionais especializados, de forma correta e regular, no âmbito de um regulamento municipal de proteção do arvoredo;
- Promover uma rede municipal de hortas urbanas, assegurando:
 - o Elaborar um Regulamento Municipal de Hortas Urbanas e Comunitárias, abrangendo as diferentes tipologias de hortas urbanas municipais existentes, com a definição das regras específicas para a sua atribuição, localização e utilização e que sejam inclusivas;
 - o Criar hortas nas escolas, sob gestão municipal;
 - o Atribuir os talhões das hortas urbanas a grupos organizados (coletividades, associações, grupos de cidadãs/ãos, ou outras entidades como lares, casas de repouso, escolas), promovendo o encontro geracional e a valorização da integração de todas/os;
- Criar zonas protegidas para polinizadores, tendo em conta a elevada importância destes na biodiversidade.

Protecção e bem-estar animal

A cidade de Espinho tem um longo caminho a percorrer na área da protecção e bem-estar animal. Apenas o PAN poderá responder aos enormes desafios dessa área.

Como principal medida, o PAN propõe a construção de um Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA) em Espinho, adaptado à realidade da cidade, com gestão partilhada com as Associações de protecção animal existentes.

Desta forma o PAN defende que:

- A autarquia de Espinho deve assegurar, no cumprimento da lei vigente, a existência de um Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA);
- Promover a criação de um Centro de Atendimento Permanente no CROA, destinado a animais errantes, abandonados ou detidos por pessoas em situação de especial vulnerabilidade socioeconómica que não tenham capacidade para assegurar aos seus animais de companhia os cuidados básicos de saúde ou socorrê-los em situação de emergência e assegurar a entrega e recolha de cadáveres de animais de forma gratuita;
- Transformar o CROA num centro de bem-estar animal, abrindo-o às associações zoófilas e aos munícipes de forma a facultar o acesso aos animais acolhidos e permitir a sua socialização através de caminhadas e outros cuidados, acautelando igualmente um horário de funcionamento acessível às adoções, nomeadamente aos fins-de-semana;
- Dotar o CROA de recursos humanos que possuam a devida qualificação técnica e garantir os recursos técnicos como equipamentos de radiologia e imagiologia veterinária e exames de diagnóstico (ex: análises clínicas), e ainda dotar de meios de tratamento e cirúrgicos a assegurar no próprio local.
- Garantir a actuação dos serviços médico-veterinários também na comunidade, para que através de um acompanhamento próximo às pessoas e famílias que se encontrem numa situação economicamente e socialmente mais vulnerável;
- Estabelecer uma rede de Famílias de Acolhimento Temporário (FATs), em colaboração com as Juntas de Freguesia, que permita que os animais possam ser acolhidos antes de seguirem para uma família definitiva.

Adicionalmente, o PAN propõe:

- A realização campanhas de esterilização permanentes de animais de companhia, incluindo os animais errantes ou abandonados do concelho, bem como os que se encontrem à guarda ou sob a responsabilidade das associações zoófilas;
- A adopção de programas CED - Capturar - Esterilizar – Devolver para dar resposta à problemática do aumento de colónias de gatos (silvestres e assilvestrados) e o controlo populacional das matilhas de cães.
- A realização de campanhas de sensibilização e programas educativos na área do bem-estar e protecção animal, junto da comunidade escolar e população em geral.
- A instalação de casas abrigo para gatos nos parques urbanos ou colónias existentes. As colónias de gatos e os seus cuidadores informais precisam de mais apoios municipais. A construção de casas abrigo nas colónias existentes e nos parques urbanos de Espinho são ferramentas essenciais para o bem-estar dos gatos existentes nesses espaços e um apoio importante para os seus cuidadores informais, importantíssimos na manutenção desses espaços, na alimentação e na saúde dos gatos.
- A criação de parques caninos em diferentes freguesias do concelho, integrados em espaços de lazer já existentes ou em zonas verdes.
- A autarquia deve assegurar a proibição da instalação de circos ou atividades similares que utilizem com animais no concelho, bem como não permitir qualquer tipo de apoio institucional, nomeadamente de cariz financeiro ou cedência de quaisquer outros benefícios ou isenções, a estas atividades. Assumindo publicamente esse compromisso, a autarquia deverá declarar Espinho como um Município Livre de Circo Com Animais.
- A autarquia deve assegurar a proibição da instalação de quaisquer recintos fixos, temporários ou improvisados, destinados à realização de espetáculos tauromáquicos, de quaisquer atividades tauromáquicas ou eventos similares no concelho, bem como não permitir qualquer tipo de apoio institucional, nomeadamente de cariz financeiro ou a cedência de outros benefícios ou isenções a estas atividades. Assumindo publicamente esse compromisso, a autarquia deverá declarar Espinho como um Município Livre de Touradas;
- A autarquia deve assegurar a proibição de eventos que utilizem animais para fins lúdicos, como feiras/exposições ou corridas de cães.

Mobilidade intermodal, inclusiva e ativa

No que diz respeito ao tema da mobilidade, o PAN defende uma mobilidade ativa, sustentável e eficiente, tendo como foco a mobilidade suave (caminhar, bicicletas e transportes públicos), intermodal e inclusiva, garantindo condições de acessibilidade (para toda a população, incluindo as pessoas com dificuldade de mobilidade, idosos, jovens e crianças).

Defendemos em Espinho um modelo de mobilidade que permita devolver a cidade às pessoas, onde afasta o automóvel do centro da cidade, privilegiando os meios de mobilidade suave e a partilha de veículos, libertando o espaço urbano para espaços verdes, de lazer e de convívio, para uma nova forma de mobilidade, assente na criação de percursos pedonais, ciclovias seguras, transportes de qualidade e estacionamento nas entradas da cidade. Porque as cidades ganham vantagens em ter pessoas nas ruas e não veículos e porque a acessibilidade para todas/os promove maior bem-estar e igualdade social!

Em termos de ciclovias, planeamos a sua extensão para garantir uma maior cobertura e chegada a locais estratégicos como escolas, serviços públicos e pontos de interligação com outros meios de transportes públicos, como por exemplo o comboio. E para aproveitar as ciclovias que foram construídas recentemente, temos agora que dar condições complementares para a sua utilização por todos. Para isso será necessário assegurar que as ciclovias permanecem desimpedidas de automóveis estacionados (como é vulgar encontrar), equipar a cidade de parqueamento seguro para bicicletas e promover a mobilidade suave através da criação de apoios/incentivos municipais à aquisição de bicicletas, trotinetas e semelhantes, incentivos esses cumuláveis com outros que possam existir, nomeadamente do Estado Central.

Defendemos também que demos transformar o espaço público num espaço comunitário, confortável e disponível para todas e todos os cidadãos. Dessa forma deve ser instalado mobiliário urbano nos espaços públicos: bancos de descanso, parques infantis, zonas verdes, aproveitando antigos lugares de estacionamento para promover o convívio e o usufruto do espaço público.

Assim, propomos para Espinho:

- A realização de um investimento num modelo de bicicletas partilhadas, disponíveis de todas as freguesias de Espinho, para facilitar adopção da mobilidade suave por toda a população.
- A expansão das ciclovias para garantia uma maior cobertura e chegada a locais estratégicos como escolas, serviços públicos e pontos de interligação com outros meios de transportes públicos, como por exemplo o comboio e autocarros. Incluindo também nos parques de estacionamento de Espinho (com gestão Municipal ou de terceiros).
- A instalação de lugares de estacionamento seguros para bicicletas, incluindo racks, junto a interfaces de transportes e serviços públicos, escolas e pontos de interesse.
- A promoção da mobilidade suave através da criação de apoios/incentivos municipais à aquisição de bicicletas, trotinetas e semelhantes, incentivos esses cumuláveis com outros que possam existir, nomeadamente do Estado Central.
- A avaliação do impacto da redução de velocidade para um limite de 30km/h, na zona central da cidade (entre a rua 2 e 22 e entre a 15 e 33).
- A implementação de um transporte público que sirva todas as freguesias, permitindo a deslocação de pessoas dentro do território de Espinho e com interligação a outros meios de transporte e serviços publico, como por exemplo o comboio, o centro de saúde ou finanças.
- O aumento do número de postos de carregamento automóvel na cidade, incluindo a sua disponibilização nos parques de estacionamento de Espinho (com gestão Municipal ou de terceiros).
- A defesa da manutenção da estação do Vouga em Espinho (cidade) e estudar a sua ligação à Estação de Espinho, facilitando o uso integrado da linha do Norte e do Vouga.
- A criação de um terminal intermodal, localizado junto da Estação do Vouga, que permita a conjugação dos vários meios de mobilidade: comboio (linha do Vouga e do Norte), autocarros e outros meios de mobilidade suave (bicicleta, trotinete, etc...).

Habitação e Património Público

O PAN pretende devolver a cidade às Pessoas, com políticas de habitação capazes de fixar a população jovem, promover uma plena “cidade dos 15 minutos” - pois Espinho tem todas as características para ser uma referência nessa área -, aumentar as zonas verdes, criar mais parques infantis e de manutenção, regulamentar o arvoredo municipal, implementar políticas de bem-estar animal sem esquecer os cuidadores informais de colónias, e criar parques caninos.

Não podemos esquecer um dos grandes problemas de Espinho: a habitação! A cidade tem hoje um preço por metro quadrado de construção elevadíssimo. O terceiro mais caro de toda a Área Metropolitana do Porto. Apesar dos números mostraram um aumento de oferta, a verdade é que os preços de venda continuam a aumentar. O mercado imobiliário de Espinho é altamente especulativo! Apenas com políticas municipais será possível inverter esse cenário. Sim, Espinho precisa urgentemente de ter capacidade para fixar os seus jovens e o custo da habitação, para aquisição ou arrendamento, é o principal entrave. Defendemos programas de rendas acessíveis, promoção e incentivos a projectos de habitação cooperativa e incentivos à recuperação de imóveis devolutos ou em ruínas, destinados para habitação própria ou para arrendamento acessível.

Em termos de habitação social, apesar dos projectos de reabilitação anunciados, os bairros sociais continuam com enormes carências e problemas estruturais. De notar que os bairros sociais em Espinho foram construídos e estão localizados nas extremidades do município, o que os torna socialmente distantes do contexto da restante cidade. Defendemos que devem ser criados mecanismos que permitam abrir os bairros à cidade, que proporcionem uma aproximação social dessa população para facilitar a sua integração e melhorar as suas condições de vida.

Assim, o PAN propõe:

- Elaborar um levantamento do parque habitacional público para identificação do seu estado de conservação e ocupação, a par do levantamento e análise das necessidades de habitação nas diferentes áreas urbanas e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos;
- Rever os critérios de atribuição de habitação municipal de forma a garantir o acesso ao direito à habitação a todas as pessoas, estudando a alteração dos atuais critérios, garantindo os princípios da igualdade e da não discriminação em razão da ascendência,

orientação sexual, identidade e/ou expressão de género e características sexuais, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, ou qualquer outro fator;

- Garantir o acesso a pessoas com animais de companhia a todas as habitações municipais;
- Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
- Criar uma verba no Orçamento Municipal alocada ao Arrendamento Jovem;
- Erradicar as situações de alojamento precário;
- Criar, em articulação com municípios limítrofes, bolsas habitacionais específicas que permitam atribuir fogos a pessoas ou famílias em situação de especial vulnerabilidade;
- Promover, em articulação com o Estado, a abertura de linhas de apoio financeiro com taxas proporcionais ao valor dos rendimentos de cada proprietário/a para recuperação de imóveis devolutos ou em ruínas, destinados para habitação própria, ou se adquiridos a título de sucessão/herança para habitação própria ou arrendamento acessível;
- Apurar no Município a adesão dos/as senhorios/as ao Programa de Arrendamento Acessível. Em caso de baixa adesão, tendo em consideração as necessidades, devem ser revistos os requisitos aplicáveis e estudar uma eventual forma de ampliação dos incentivos, fiscais ou quaisquer outros, para aumento do parque habitacional;
- Promover e incentivar, através do município, projetos de habitação cooperativa, colaborativa e participada, os quais devem envolver os/as futuros/as residentes no planeamento, construção e/ou reabilitação, bem como na futura gestão e manutenção, compreendendo uma ampla variedade de formas de habitação coletiva ou individual, baseada nos princípios da economia solidária, da partilha de conceitos, de partes comuns como hortas, jardins e bibliotecas, apoio ao cuidado de pessoas idosas, pessoas com necessidades especiais e animais de companhia;
- Pugar pela neutralidade carbónica do edificado habitacional, adaptando todo o edificado residencial público às exigências impostas pelos compromissos assumidos a nível europeu quanto ao clima, ambiente e responsabilidade social;

- Dotar todos os edifícios municipais de meios de produção de energia e aquecimento de águas, reduzindo a sua pegada ecológica, bem como o peso dos gastos no orçamento público, e incentivar as restantes entidades públicas do município a adotar a mesma medida;
- Assegurar que os edifícios a construir, ou objeto de reabilitação profunda ou ampliação, dispõem de postos de abastecimento de veículos elétricos nos parqueamentos e locais adequados para parqueamento de bicicletas.
- Criar um projeto municipal com o objetivo de combater a pobreza energética recorrendo a fundos europeus, alinhados com os instrumentos já existentes a nível nacional através de benefícios fiscais para proprietários que procedam a obras neste âmbito, da não cobrança de taxas de licenciamento neste tipo de obra e de apoio financeiro e técnico relativo, entre outros.

Educação

O PAN preconiza um modelo educativo com base na abordagem da whole-school approach, onde a aprendizagem e o desenvolvimento comungam através da integração de todas as atividades letivas e não letivas, promotoras de inclusão e envolvimento ativo dos estudantes, integrada em modelos escolares democráticos, onde a formação profissional contínua é valorizada e se estabelecem pontes de comunicação sólidas com a comunidade envolvente.

O PAN considera que os Municípios devem ser promotores de Educação para a Cidadania, imprescindível para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.

Compromissos do Município de Espinho nas políticas educativas:

1. Promover oportunidades de educação formal, não formal e informal, de qualidade e inovação educativa para toda a comunidade escola;
2. Articular com o Ministério da Educação a disponibilização complementar de recursos e apoios técnicos especializados, psicólogos, terapeutas, serviço social, animadores, tradutores de Língua Gestual Portuguesa, materiais e serviços necessários ao melhor funcionamento da comunidade educativa;
3. Integrar e apoiar projetos no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular das escolas, disponibilizando recursos humanos e outros meios para o enriquecimento das aprendizagens, integrando os estudantes em todas as fases dos projetos e na devolução das aprendizagens às comunidades envolventes (payback);
4. Contribuir para a operacionalização da Cidadania e Desenvolvimento nas escolas, promovendo a criação de redes colaborativas, facilitando o estabelecimento de parcerias com múltiplos agentes da comunidade, nos diferentes domínios da Educação para a Cidadania;
5. Integrar projetos de ligação entre as escolas, famílias e comunidade, valorizando a realidade sociocultural local e disponibilizando espaços municipais de natureza cultural, ambiental, artística, desportiva, acessível a todos/as;
6. Melhorar as condições necessárias para garantir a frequência das ofertas profissionais e do ensino superior;

Planeamento Educativo do Território

O PAN entende que no planeamento educativo para Espinho é essencial:

- Garantir, em articulação e complemento com o Estado Central, equipamentos de creche e educação pré-escolar de qualidade, conducentes à total cobertura de necessidades dos territórios;
- Fomentar uma rede de jardins de infância inclusivos, que seja respeitadora das necessidades das crianças, nomeadamente no que se refere com o período de sesta, o contacto com a natureza e com os animais, o direito a brincar, a educação para os afetos, entre outros;

Mobilidade na educação

A acessibilidade à educação faz-se também com uma intermobilidade inclusiva, através de transportes escolares, públicos e meios suaves.

Para o PAN, é necessário garantir esta oferta em Espinho com base nas seguintes propostas:

- Garantir o transporte público para todas e todos os que integram as comunidades escolares;
- Incentivar a utilização de percursos pedonais e a mobilidade suave em vez da deslocação em automóvel familiar;
- Promover a implementação de redes intermunicipais de bicicletas partilhadas de forma gratuita a todos os estudantes;
- Garantir, em articulação com as escolas, o transporte atempado a todas as alunas e alunos com necessidades específicas nos seus percursos, nos seus horários e outras exigências resultantes das especificidades de cada estudante.

A educação para os afetos, o bem-estar e a proteção animal

A educação não pode acontecer desligada da natureza. Por isso, o PAN propõe:

- Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes;

- Promover um contacto regular das/os alunas/os de todas as escolas do município com animais, desde a educação pré-escolar, através de visitas e sessões de voluntariado em associações zoófilas locais e santuários;
- Visitar abrigos de animais abandonados ou santuários que albergam animais resgatados de maus-tratos, reservas naturais e parques naturais, garantindo que não há incentivos de oferta de bilhética para circos com animais, zoológicos, garraizadas, delphinários, aviários, presépios vivos, entre outros, pois não se pode normalizar a violência ou banalizar a captura de animais selvagens;
- Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais, bem como dotar todas as escolas com ecopontos e compostores.
- Implementar um projeto para incentivar a integração dos animais nas escolas com responsabilidades partilhadas entre a direção, professoras/es, assistentes operacionais e estudantes.

Alimentação

No que diz respeito às refeições escolares e gestão das cantinas escolares, a posição do PAN é clara: a saúde começa no prato. A alimentação deverá ser a pedra basilar de promoção de saúde. A escola deverá promover e incentivar a adoção de hábitos saudáveis, adotando igualmente um papel didático, valorizando os alimentos mais saudáveis e comportamentos que em última análise contribuem, desde cedo, para a prevenção da doença. Importa garantir que as cantinas escolares sejam dotadas de mecanismos que melhorem a qualidade da oferta alimentar e respondam às necessidades nutricionais de toda a comunidade escolar.

O que propomos para Espinho é o seguinte:

- Assegurar a disponibilização de um/a nutricionista por agrupamento de escolas;
- Estabelecer como objetivo a realização de pelo menos, uma consulta de nutrição individual, por ano letivo, para todas as alunas e alunos, acautelando os devidos recursos;

- Priorizar a aquisição de alimentos, preferencialmente biológicos, aos produtores locais, como forma de contribuir para uma maior qualidade da alimentação nas escolas e simultaneamente para as atividades comerciais locais, dando assim cumprimento à lei 34/2019 e à Estratégia Europeia do Prado ao Prato;
- Assegurar a disponibilização diária nas escolas de uma refeição estritamente vegetariana e nutricionalmente equilibrada, nos mesmos moldes que a alimentação não vegetariana é oferecida;

Educação inclusiva

A educação inclusiva é fundamental para a garantia de um acesso equitativo de oportunidades com vista ao sucesso escolar.

Para isso, propomos:

- Proceder ao levantamento municipal das necessidades de apoio a estudantes para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nomeadamente no que diz respeito a equipamentos, materiais didáticos em braille e materiais pedagógicos adaptados às especificidades de cada estudante;
- Criar uma bolsa municipal de Intérpretes em Língua Gestual Portuguesa (LGP), disponibilizada de forma gratuita às famílias que integrem progenitor/a surdo/a em idade escolar, devidamente articulada com uma resposta nacional;
- Desenvolver projetos que visem a formação básica em LGP para docentes, não docentes e comunidade em geral;
- Implementar programas de integração na comunidade para crianças/jovens com limitações e/ou incapacidades, através de uma rede de apoio a estas/es alunas/os/famílias ao longo dos percursos educativos e formativos, fomentando o desenvolvimento das competências sociais necessárias à sua autonomia e integração profissional;
- Criar o programa “Educar IN” - plano municipal de apoio aos pais na capacitação para a gestão educativa das/os educandas/os com necessidades especiais, através de parcerias com faculdades de psicologia e educação, e com o acompanhamento de técnicas/os municipais;

- Criar o programa “Time Off” - programa municipal de apoio às/aos cuidadoras/es de crianças e jovens com limitações e/ou incapacidades, com o objetivo de proporcionar uma oportunidade de descanso das exigentes funções destas/es cuidadoras/es;
- Desenvolver parcerias com entidades artísticas para utilizar as áreas da Arte, Cultura, Desporto, entre outras, como meios privilegiados de inclusão.

Adicionalmente, o PAN propõe:

- Tornar as escolas centros de voluntariado, inspirados pela cultura do cuidado pelas outras pessoas e pela natureza;
- Implementar práticas de relaxamento, mindfulness, filosofia com crianças, educação para os afetos e aprendizagem através da natureza;
- Utilizar, por semana, um dia útil das escolas para as atividades não formais, relacionadas com as artes, o desporto, a natureza, o voluntariado e o bem-estar animal, estabelecendo parcerias com o tecido económico, associativo, social, cultural e desportivo.
- Apoiar e desenvolver projetos junto de produtores locais e com a comunidade escolar, de forma a proporcionar sessões temáticas relacionadas com a produção dos alimentos e criação de hortas nas escolas - “O que vem da terra, volta à terra”.
- Promover sessões de capacitação e esclarecimento nas escolas, ministradas pelas/os profissionais das unidades de saúde locais, sobre educação sexual. Deve ser fornecida uma forma de contacto com as/os profissionais de saúde, caso algum/a adolescente pretenda esclarecer alguma questão em contexto privado;

Saúde, bem-estar e realização pessoal

A perspetiva do PAN para a saúde é que esta é uma área transversal a todos os domínios das políticas públicas locais e que, como tal, o Município de Espinho deve integrar preocupações com a promoção e proteção da saúde, privilegiando a prevenção e considerando esta dimensão em todas as decisões públicas locais. Tal deve ser assegurado através de técnicas/os municipais especializadas/os nas áreas da saúde e parcerias com entidades e organismos representativos desta área.

Diminuir o impacto dos principais problemas de saúde

A promoção de atividade física regular está associada a benefícios significativos na saúde, reduzindo o risco de desenvolvimento de uma grande maioria das doenças não transmissíveis, contribuindo para a saúde mental e bem-estar geral.

A alimentação é outro dos fatores que contribui de forma determinante para a saúde da população. Para que seja possível combater a prevalência da obesidade, é fundamental analisar todo o circuito e os diversos processos que influenciam o padrão de alimentação da população.

Não menos importante, uma cidade saudável deve promover o bem-estar mental da sua população. Os problemas de saúde mental têm sérias consequências não só sobre as pessoas e respetivos agregados familiares, mas também sobre a competitividade e dinamismo da economia local e o bem-estar da sociedade em geral.

O incentivo ao diagnóstico precoce, às intervenções comunitárias, à constituição de serviços de apoio e aconselhamento (mental e financeiro) e às oportunidades de emprego são estratégias que podem desempenhar um papel crucial na promoção de uma boa saúde mental da população.

Atividade Física

A atividade física regular é um fator chave para a prevenção e o controlo das doenças não transmissíveis (DNTs), como as doenças cardiovasculares, a diabetes tipo 2 e alguns tipos de cancro. A atividade física também beneficia a saúde mental, incluindo a prevenção do declínio cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade, e pode contribuir para a manutenção do peso saudável e do bem-estar geral.

- Criar espaços de utilização pública livre, com condições e equipamentos adequados para a prática desportiva, distribuídos de forma equitativa e com segurança pelo município;

- Estabelecer protocolos entre os equipamentos escolares e os equipamentos desportivos, permitindo uma vivência e oportunidade alargada de experimentação das várias modalidades desportivas por todas/os as/os estudantes;

Garantir de forma universal a possibilidade de seguir hábitos de alimentação saudáveis

A alimentação e os hábitos alimentares saudáveis são essenciais na prevenção eficaz da doença e na promoção da saúde. As políticas de saúde pública têm de assentar cada vez mais na prevenção, garantindo melhores resultados em saúde, menores custos individuais e familiares e maior sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde (SNS). Os alimentos têm um impacto direto na nossa saúde, pelo que devemos pugnar por uma mudança efetiva nos nossos comportamentos alimentares.

- Disponibilizar a dieta vegetariana nos estabelecimentos públicos, exatamente nos mesmo moldes das dietas de carne e peixe e não num regime excepcional, promovendo-a e permitindo o contacto por parte de todas/os com esta dieta;
- Garantir maior diversidade de oferta alimentar saudável e criar oportunidades para a experimentação desse tipo de produtos, acompanhadas de informação sobre as suas qualidades e impactos positivos na saúde.
- Promover um plano municipal de formação de profissionais de cozinha para a confeção de pratos saudáveis e para a cozinha vegetariana;
- Promover ações de informação na comunidade sobre a relação dos padrões e hábitos de consumo alimentar com o risco de doença e perda de qualidade de vida;

Saúde física e mental

A saúde física e a saúde mental estão intimamente interligadas, havendo repercussões diretas e em larga escala bidirecionais entre ambas. Para além do correto acompanhamento pelas/os profissionais especializadas/os, é tão ou mais importante controlar os fatores que podem tornar instável o equilíbrio entre as dimensões física e mental.

- Criar condições para a prática do exercício físico gratuito, em segurança e informado em todas as freguesias de Espinho, através de parques de manutenção e campos de jogos públicos;

- Promover a formação das/os profissionais de saúde dos cuidados primários para deteção o mais precoce possível de situações de stress, ansiedade ou depressão, e garantir atempadamente cuidados adequados;
- Promover atividades preventivas e de bem-estar geral, como yoga, meditação, mindfulness e outras com comprovados benefícios na saúde e bem-estar das pessoas, em contextos laborais, escolares e da comunidade;
- Criar um programa de adoção de animais de companhia por parte de pessoas que sofram de algum tipo de isolamento, favorecendo o sentimento de utilidade e reduzindo a solidão e o stress associados a essa condição.

Comportamentos Aditivos

- Criar respostas de redução de riscos para as pessoas em situação de sem-abrigo e que têm consumos de álcool e toxicodpendência
- Garantir respostas de saúde mental para públicos com necessidades específicas - como pessoas com problemas de adição, através do estudo da implementação das salas de consumo assistido/vigiado, e pessoas em condição socialmente mais desfavorável com pouca adesão aos serviços de saúde - em articulação com as entidades da saúde e estado central.
- Criar respostas de redução de riscos para as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo e que têm consumos de álcool, como Programas de Gestão do Álcool;
- Criar programas de emprego que permitam o financiamento de estágios em contexto laboral e financiamento de programas de trabalho de pares.

Pertença, Dignidade e acesso à Justiça

Os direitos humanos não podem ser colocados em causa. No entanto, não é ao que assistimos no nosso quotidiano: há discriminação e injustiça social. A crise provocada pela COVID-19 veio expor ainda mais as desigualdades que ao longo dos tempos se tornaram estruturais.

O PAN apresenta um conjunto de medidas para Espinho cujo desenho e implementação queremos que inclua as pessoas e a comunidade, em harmonia com a natureza.

Efetivar os Direitos Humanos

O Município de Espinho tem um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos humanos, com uma responsabilidade acrescida pela descentralização em curso. Por isso, propomos que seja criado em Espinho o Observatório dos Direitos Humanos e ainda um instrumento para monitorização do progresso dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Por outro lado, acreditamos que os direitos humanos incluem uma cidadania ativa que terá de ser incentivada e mobilizada, cabendo também à autarquia criar instrumentos facilitadores através, por exemplo, de plataformas digitais, de sessões públicas, sessões de participação e inquéritos, de forma a identificar os problemas e as aspirações da população, podendo assim concretizar-se como uma governação democrática, representativa e inclusiva.

- Assumir, por parte do município de Espinho, uma política explícita de contratação não discriminatória;
- Criar um programa de adaptação de conteúdos nos equipamentos culturais do município às necessidades de vários públicos, nomeadamente pessoas cegas e pessoas surdas;
- Disponibilizar em todos os serviços do município respostas de vídeo-interpretação em língua gestual portuguesa, que permita colocar surdos e ouvintes em comunicação, assegurando que todos os serviços são acessíveis até ao final do próximo ano.

Combate à Pobreza

O PAN entende que Portugal precisa de uma resposta mais rápida, abrangente e ambiciosa se queremos garantir que a recessão causada pela COVID-19 não agrava ainda mais o aumento acentuado de pessoas no limiar da pobreza, na pobreza ou em situação de sem-abrigo. Para tal, é necessário convocar toda a comunidade para preparar o plano de reconstrução/recuperação,

com decisões tomadas e assumidas em conjunto, garantindo que se abandonam as políticas temporárias e meramente de emergência e se estabelece claramente um novo rumo de atuação. Em vez de continuarmos a gerir as situações limite, temos de prevenir e erradicar.

A pobreza requer uma visão multidimensional e, por isso, respostas coordenadas a nível nacional, regional e local, devendo ser exigida uma participação ativa da Câmara Municipal de Espinho:

- Promover, por parte do município de Espinho, estudos com dados atualizados e territorialmente localizados, visando o conhecimento aprofundado do fenómeno da pobreza e das suas relações com outras áreas setoriais;
- Construir uma Estratégia Integrada de Combate à Pobreza, envolvendo todas as vereações desde o início do processo, que inclua a definição de metas mensuráveis e a calendarização de relatórios e avaliações, para a qual devem ser disponibilizados recursos técnicos e financeiros para a sua implementação e monitorização;
- Realizar campanhas de sensibilização para a temática da pobreza e da exclusão social, adaptadas a diversos públicos;
- Criar programas que visem apoiar o acesso de pessoas em situação de pobreza ou no limiar desta aos distintos serviços da saúde, à educação, habitação, empregabilidade, gestão de eventual atribuição de crédito bancário, entre outros;

Desigualdade de Género e Violência Doméstica

Em pleno séc. XXI as mulheres continuam a ser discriminadas com base no género e esta desigualdade, que está enraizada no nosso quotidiano, espelha-se nas mais diversas dimensões da nossa sociedade, desde o mundo laboral à esfera familiar e social.

A violência doméstica consubstancia um dos fenómenos criminológicos com maior grau de incidência na sociedade portuguesa, correspondendo a uma realidade transversal a todos os grupos sociais e faixas etárias. Este flagelo impacta aquela vida para sempre, e a dos/das seus/suas filhos/as e de toda a família, razão pela qual o PAN defende ser essencial o combate à discriminação de género e o alcance da igualdade entre mulheres e homens.

É fundamental que se aposte na educação e formação das cidadãs e cidadãos, educando para um futuro feminista, igual e justo.

O PAN incita a autarquia de Espinho a defender a eliminação de todas as formas de violência e de discriminação, nomeadamente a exercida sobre meninas e mulheres. Assim, apresentamos um conjunto de medidas que incluem a sensibilização da sociedade, o empoderamento de meninas e mulheres e a prevenção e combate à violência existente na nossa sociedade, nomeadamente para prevenir e combater a violência de género e as práticas tradicionais nefastas, como a mutilação genital feminina e os casamentos/uniões infantis, precoces e forçados, não esquecendo que são igualmente formas de violência de género o assédio sexual, a violência física, psicológica e sexual, incluindo violação, o aborto forçado e a esterilização forçada.

Igualdade

- Elaborar um Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens, para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica e para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais;
- Criar o Conselho Municipal para a Igualdade para acompanhamento do desenvolvimento e da implementação dos planos integrantes da Estratégia Municipal para a Igualdade e de outros temas relacionados;
- Elaborar um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, de acordo com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND);
- Financiar programas dirigidos à comunidade escolar de prevenção e sensibilização para as distintas formas de violência, bem como para a violência de género (abuso e violência sexual, violência no namoro, práticas nefastas, violência doméstica, entre outras);
- Providenciar um espaço para que, logo após a denúncia, as vítimas/sobreviventes de violência doméstica possam pernoitar em segurança com a sua família e animais de companhia, assegurando-se a sua efetiva proteção;

Pessoas LGBTI

Quando falamos dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI) falamos de direitos humanos basilares e inquestionáveis para todas as pessoas. No entanto, as pessoas LGBTI experienciam diversas dificuldades no seu quotidiano fruto de discriminação, nomeadamente em contexto escolar, no desporto, nos locais de emprego, no acesso aos serviços de saúde, entre outros. Para o PAN urge desmistificar os tabus referentes às questões de género e das sexualidades denominadas não normativas e esclarecer sobre a inconsistência dos preconceitos, os quais não podem continuar a ser tolerados e aceites.

- Elaborar o Plano de Ação Municipal de Espinho para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais, dando corpo à territorialização prevista na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) «Portugal + Igual», publicada em Diário da República (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio);
- Instar o município a aderir à Rede de Cidades Arco-Íris, assumindo a sua responsabilidade no combate à discriminação da comunidade LGBTI;
- Alterar os critérios de atribuição de habitação municipal visando facilitar o acesso à população LGBTI, que está dificultado pelo facto de os critérios terem ainda por base o conceito de agregado familiar heterossexual com filhos;

Pessoas com Deficiência

As pessoas com deficiência têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, a uma vida independente, à autonomia e à plena participação na sociedade, sendo a acessibilidade um instrumento para o usufruto integral dos seus direitos. O PAN apresenta em Espinho um conjunto de medidas com as quais pretende combater a discriminação, a exclusão e os preconceitos que as limitam ou impedem a sua integral participação na sociedade.

- Realizar interpretação simultânea em Língua Gestual Portuguesa em todas as sessões de câmara públicas e em todas as sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente nas transmissões através da Internet;

- Disponibilizar serviço de interpretação de Língua Gestual Portuguesa nos diversos serviços da autarquia, nas empresas municipais e nos equipamentos municipais (desportivos, culturais, sociais, entre outros);
- Priorizar habitação municipal para as pessoas com deficiência e/ou para agregados familiares com pessoas dependentes com deficiência, devendo o município dispor de um leque de imóveis adaptados às distintas necessidades;

Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

A COVID-19 teve graves efeitos a nível sanitário, bem como ao nível socioeconómico, afetando sobretudo as pessoas que já eram socialmente vulneráveis, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo.

A questão da habitação - central quando falamos de pessoas em situação de sem-abrigo - é passível de ser resolvida se existir vontade política e se forem alocadas as verbas necessárias. Para tal precisamos de criar uma rede nacional de respostas habitacionais e ocupacionais/laborais garantindo o envolvimento das pessoas em qualquer decisão que a elas diga respeito, permitindo flexibilidade para adaptação face às necessidades que vão surgindo.

Assim, o PAN propõe para Espinho:

- Elaborar um Plano Municipal para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, em conformidade com a Estratégia Nacional de Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017 – 2023 (ENIPSSA), incluindo uma previsão dos recursos financeiros a alocar, a metodologia de monitorização da implementação, os indicadores de monitorização e a avaliação dos resultados, atualizada de seis em seis meses;
- Garantir a atribuição de gestor de caso a todas as pessoas em situação de sem-abrigo do município;
- Criar equipas de resposta rápida, no âmbito do eixo prioritário de prevenção, de forma a identificar soluções alternativas recorrendo a serviços existentes no território e a apoio financeiro evitando, assim, a ida das pessoas para centros de acolhimento temporário de emergência ou a sua pernoita em locais não adequados à habitação.

Economia e Investimento Municipal

Para o PAN é muito claro que não pode haver desenvolvimento económico que não seja sustentável e que não respeite os limites do planeta. É por isso que defendemos que todas as propostas económicas têm de ter como pano de fundo uma garantia de sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, critérios de justiça social, intergeracional e de transparência, que fomentem o uso eficiente de recursos.

O PAN defende para Espinho a promoção da economia local, que deve seguir critérios de sustentabilidade ambiental, mitigação e adaptação às alterações climáticas, preservação dos ecossistemas e biodiversidade e de justiça social.

Empreendedorismo, inovação e responsabilidade social e ambiental

- Criar o Gabinete “Investir Positivo”, um gabinete de captação de investimento em áreas entendidas pelo PAN como estratégicas, como sejam as das alterações climáticas, da tecnologia, da mobilidade e da alimentação;
- Criar o Hub do Empreendedorismo Municipal de Espinho, uma incubadora de projectos pessoais instalada num espaço físico constituído por salas de trabalho arrendáveis a um custo acomodável, serviços de restauração e uma residência para empreendedores/as e que servirá para colocar em contato empreendedores/as, investidores/as, escolas e instituições de ensino e empresas e negócios locais, em estreita colaboração na promoção de ideias inovadoras em áreas como as alterações climáticas, tecnologia e mobilidade;
- Promover igualmente, ao nível da derrama, uma isenção do imposto às empresas presentes no Hub do Empreendedorismo Municipal de Espinho, assim como às empresas e negócios locais que mantenham com aquelas uma relação comercial;
- Criar igualmente um Balcão de Apoio a candidaturas aos fundos comunitários existentes, que disponibilize apoio especializado e gratuito. Simultaneamente, disponibilizar no sítio da Câmara Municipal informação sobre a matéria, nomeadamente, fundos disponíveis e critérios e requisitos de acesso;

Economia Circular

- Projecto Espaço Reutilizar+ Disponibilizar espaços municipais com rendas acessíveis ou mesmo gratuitas, por períodos de três a cinco anos, a cidadãos/ãs e a empresas que tenham projetos relacionados com a implementação de uma economia circular.
- O município poderá promover a reutilização e reparação de artigos de usados, especialmente equipamentos eléctricos e electrónicos para novos fins, instituições,
- Investir em oferta formativa nas áreas de economia verde, da economia circular, das energias renováveis e outras áreas fundamentais à sustentabilidade do planeta e da vida de todos os seres.
- Criar, em articulação com as escolas profissionais do concelho e com as empresas ligadas ao tratamento de resíduos eléctricos e electrónicos, um centro de reparação de produtos que

possibilite a renovação de produtos que serão, posteriormente, cedidos gratuitamente às associações e instituições de solidariedade locais;

- Atribuir incentivos de fixação às indústrias ligadas à transição energética, às energias renováveis, à mobilidade sustentável, à alimentação sustentável e à promoção da economia circular.

Turismo

- Criar um programa municipal de incentivo ao arrendamento destinado aos proprietários de alojamento local que pretendam colocar os seus imóveis no mercado de arrendamento de média e longa duração;
- Criar um programa municipal de auxílio à reconversão profissional, destinado aos profissionais ligados ao sector do turismo que estejam em situação de desemprego há mais de um ano e que pretendam trocar de carreira profissional, o qual conciliará a atribuição de um apoio financeiro com a disponibilização de assessoria especializada;
- Criar o programa “Turistas para a troca”, um programa direcionado a outras autarquias, de criação de sinergias e relações institucionais, com o qual procuraremos incentivar o turismo nacional através de políticas bilaterais de partilha de turistas;

Administração do Município

Para o PAN, uma autarquia quer-se próxima dos cidadãos e cidadãs, o que se alcança com a implementação de políticas que melhorem o quotidiano das populações.

Para nós é muito claro que a autarquia de Espinho deve estar ao serviço dos munícipes e não o inverso, pelo que a proposta de gestão que fazemos para o Município de Espinho assenta em cinco pilares que visam colocar o cidadão/ã no centro da ação política: proximidade aos/às munícipes, prestação de um serviço público diferenciado, definição de uma cultura de exigência na gestão dos recursos públicos, promoção de boas relações institucionais e funcionamento eficiente e plural dos órgãos locais.

Proximidade aos/às munícipes

- Instituir uma política de proximidade aos cidadãos, com a implementação de práticas facilitadoras do contacto e potenciadoras da participação cidadã.
- Recorrer aos referendos locais para matérias de reconhecido interesse municipal que sejam estruturantes para a cidade de Espinho;
- Adequar o horário de funcionamento dos serviços municipais de maneira a atender às necessidades horárias das populações, designadamente garantindo respostas em horários pós-laboral e apostando no atendimento diferenciado por agendamento.
- Apostar numa verdadeira transição digital municipal, sem prejuízo da aposta em soluções presenciais adaptáveis, assente na desmaterialização e desburocratização de processos, que possibilite a participação à distância dos/as munícipes em segurança e comodidade;
- Garantir a transmissão em direto e posterior gravação das sessões públicas e consequente difusão nos canais de comunicação do município;
- Convidar as associações, incluindo associações de estudantes, a assistirem e participarem nas assembleias municipais, concedendo-lhes tempo para intervir;
- Implementar orçamentos participativos que aproximem os/as cidadãos/ãs das políticas locais, dando-lhes a hipótese de propor e decidir sobre os projetos locais, dotados de verba própria compatível com a sua execução e ainda um orçamento participativo jovem, ligado a todas as escolas do concelho, com verbas próprias, promovendo a participação e a cidadania desde a mais tenra idade e como forma de conhecer os desejos da população mais jovem.

Prestação de um serviço público diferenciado

- Assegurar a transparência e celeridade no processo administrativo, em particular do processo de licenciamento ou de gestão territorial, promovendo a existência de códigos de boas práticas que combatam os fenómenos de corrupção e/ou a degradação do património imóvel;
- Implementar uma política de atração de investimento e de apoio ao empreendedorismo local a quatro anos, com propostas de isenção ou de redução da derrama para as empresas de setores ambientalmente sustentáveis e, ao nível das taxas municipais, com a promoção de uma maior adequação das mesmas, através do estabelecimento de critérios sociais e ambientais;
- Criar um gabinete municipal de combate e prevenção da corrupção e reforço da transparência;
- Garantir a divulgação atempada de informação institucional relevante, como seja a calendarização das reuniões, a publicitação dos documentos que irão ser submetidos à deliberação dos órgãos da autarquia e respectivas votações, bem como as atas das reuniões e pareceres referentes às propostas. Assegurar, também, a transparência dos procedimentos internos no seguimento das auditorias existentes;
- Revisão dos regulamentos municipais de forma a incluir conceitos como o de sustentabilidade, economia circular, entre outros, envolvendo as forças políticas com representação nos órgãos do Município e a população;
- Fazer um levantamento das empresas municipais existentes e aferir a sua viabilidade e pertinência, pugnando simultaneamente pelo escrutínio das que forem mantidas e a quem será exigido um sistema de reporte financeiro climático, que quantifique os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas, com base nas melhores práticas internacionais;
- Assumir o compromisso “Zero Propaganda Institucional”, que fomente a transferência de verbas habitualmente utilizadas em publicidade e marketing para a melhoria dos serviços públicos, porque o erário público deve estar ao serviço das populações e não de interesses político-partidários;

Planeamento e organização do território

A ocupação do território concelhio e a regulamentação das atividades humanas nele exercidas constitui um dos domínios de competências onde o município pode e deve desempenhar um papel determinante na defesa do equilíbrio entre a Natureza e o Ser Humano a nível local e, conseqüentemente, na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável de futuro.

A crise sanitária provocada pela COVID-19 deixou profundas marcas ao nível económico e social, sendo que os municípios terão um papel crucial na recuperação desta crise e dos seus impactos. Essa recuperação não poderá significar um regresso sem mais ao contexto pré-covid-19 e deverá ser uma oportunidade para passar para um modelo de desenvolvimento que garanta um futuro sustentável, resiliente, justo e equilibrado. O planeamento e o ordenamento do território são o ponto de partida para o assegurar.

Planeamento urbano

- Adotar uma lógica de “planeamento participativo” da forma mais alargada possível e em especial quanto a todos os planos urbanísticos e projetos estruturantes para o concelho de Espinho, bem como para assegurar a identificação de intervenções urbanísticas prioritárias;
- Garantir a participação eletrónica dos/as cidadãos/ãs no planeamento urbano, possibilitando a participação pública eletrónica nos procedimentos de consulta pública no âmbito dos instrumentos de gestão do território, com a disponibilização de formulários e campos próprios para o exercício desse direito no sítio do município;
- Adotar progressivamente um planeamento urbanístico assente na lógica de “cidade 15 minutos”, que se baseia nos corolários de proximidade (os locais devem estar próximos), densidade (deve promover-se a concentração), diversidade (uso do solo deve ser diversificado) e acessibilidade (bairros devem estar ao acesso de qualquer pessoa independentemente dos rendimentos e ser complementados por uma boa rede de transportes), que implementam um modelo multiescala em que qualquer ponto da cidade a que os/as cidadãos/ãs precisam de aceder para satisfazer as suas necessidades está a 15 minutos;
- Elaborar o mapa estratégico de ruído, do plano municipal de redução de ruído e plano de ação de ruído, em cumprimento da legislação em vigor, devendo o Município de Espinho disponibilizar na internet o mapa e o plano, bem como os dados recolhidos para um eficaz acompanhamento pela população;

Atividades com impactos na ocupação do território e licenciamento

- Criar uma equipa permanente para análise do Impacto Ambiental das operações de loteamento, de urbanização e dos trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento, bem como daquelas que nos termos de regulamento municipal sejam consideradas como de impacto relevante, de forma a apresentarem ao promotor propostas de diminuição do impacto ambiental negativo;
- Garantir, na análise dos loteamentos, que os espaços verdes cedidos têm áreas sustentáveis e com dimensão suficiente para serem de fato utilizados e não áreas sobrantes entre edifícios ou molduras dos mesmos, pois são espaços com custos de manutenção elevados e sem utilidade prática, que nem sequer cumprem as funções básicas de área verde. Assegurar que estes espaços/infraestruturas verdes têm ligação entre si;
- Criar incentivos para que os privados (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energia, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico.

Planeamento e Turismo

- Desenvolver um plano municipal estratégico para o turismo, apostando num maior consumo interior, e com uma visão equilibrada numa perspetiva de médio e longo prazo;
- Realizar um estudo sobre a capacidade de carga turística do município, por forma a avaliar o volume de turismo suportável pela cidade, atendendo aos impactos ambientais, sociais e económicos, ao nível da habitação, nos transportes, no património cultural e nos serviços públicos;
- Reforçar a fiscalização dos alojamentos locais ilegais;
- Garantir a possibilidade de suspensão da licença de Alojamento Local quando os/as proprietários/as pretendam migrar, mesmo que temporariamente, para o arrendamento de longa duração;
- Conceber programas para arrendamento de média e longa duração em conjunto com as partes interessadas, nomeadamente com os/as proprietários de Alojamento Local - arrendamento para estudantes, profissionais deslocados, nómadas digitais, vítimas de violência doméstica, entre outros/as;

- Criar um guia de boas práticas no alojamento local e setor hoteleiro de Espinho que incentive as melhores práticas ao nível ambiental e de eficiência energética.

Organização do espaço urbano

- Assegurar o efetivo cumprimento da Lei das Beatas (Lei n.º 88/2019, de 3 de Setembro) no concelho, dotando os caixotes do lixo do município de cinzeiros e criando um sistema de incentivos para que os estabelecimentos comerciais do município assegurem a disponibilização de cinzeiros e equipamentos próprios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco;
- Criar pontos de deposição de resíduos de construção e demolição;
- Criar pontos de deposição de resíduos verdes de jardinagem em locais estratégicos do município;
- Assegurar a instalação de novos bebedouros na cidade, bem como a reabilitação dos bebedouros existentes por forma a assegurar que os mesmos sejam inclusivos – permitindo o acesso a crianças e pessoas com mobilidade reduzida (algo nem sempre garantido). Assegurar a manutenção e higienização regular dos bebedouros existentes;
- Aumentar o número de bebedouros para animais de companhia na cidade e, em especial, nos parques urbanos;
- Criar instalações sanitárias públicas em mais locais da cidade para melhorar as condições de fruição da cidade.

Cultura e Valorização Artística

A cultura, a valorização artística e a paisagem são acima de tudo intervenções críticas, que nos levam a questionar o “eu” e a nossa envolvente partindo do que constitui a região ou local. Queremos que a cultura, a valorização artística e a paisagem deixem de ser entendidas como um consumo não essencial. Queremos um Portugal onde a cultura, a valorização artística e paisagem e os/as seus/suas agentes e intermediários/às sejam vistos/as como fundamentais.

Para Espinho defendemos a intervenção em duas grandes áreas de influência:

1. A dinamização e o desenvolvimento cultural e artístico, vistos como a causa essencial;
2. A intervenção pela via do intermunicipalismo cultural e artístico, através da criação de redes com vista à alavancagem desses setores.

Assim, o PAN propõe para Espinho:

- Dinamizar ofertas criativas com vista à captação de públicos;
- Envolver a escola pública, privada, cooperativa e outras através de parcerias institucionais no processo de formação e ativação de públicos e espetadores;
- Promover uma rede intermunicipal de valorização da fileira artística e cultural
- Democratizar a cultura, levando-a até todas as freguesias
- Promover a Cultura e o Desporto como ponto de interesse turístico, nomeadamente para quebrar a sazonalidade do turismo em Espinho.
- Criar o Museu “Capital do Voleibol”, em conjunto com os clubes de Espinho e a FPV – Federação Portuguesa de Voleibol, para promover a história dos nossos clubes e dignificar os títulos conquistados. A componente de Voleibol de Praia, com um rico historial local, deverá merecer um especial destaque.